

RELATÓRIO FINAL – AHE TABAJARA



**PROJETO DE LEVANTAMENTO DOS BENS CULTURAIS DE NATUREZA
IMATERIAL NA ADA E AID DA AHE TABAJARA – MACHADINHO D'OESTE /
RONDÔNIA**

Belo Horizonte, Junho de 2015

ÍNDICE

LISTA DE FOTOS	4
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ASPECTOS LEGAIS	7
3. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ..	15
4. CONTEXTUALIZAÇÃO ETNOHISTÓRICA.....	17
4.1 Os Kagwahiva – A Etnia Tenharim	17
4.2 Os Mura.....	19
4.3 As Populações Ribeirinhas	20
5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO.....	23
5.1 Contextualização Histórica e Administrativa de Machadinho D'Oeste	27
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
6.1 Problematizando o território – O que consideramos como área de influência?	28
7. OS BENS CULTURAIS	31
7.1 A arte de partejar.....	33

7.2	Artesanato	36
7.3	Benzedores e o uso das ervas medicinais.....	46
7.4	Mandioca: cultura material e modos de fazer	50
7.5	Modos de caçar e pescar.....	55
7.6	Lendas e Contos	61
7.7	Reza para Almas	64
7.8	Festa de São Francisco	65
7.9	Festa da padroeira da Vila de Tabajara	65
8.	CONSIDERAÇÕES E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	68
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
10.	EQUIPE	72
11.	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	73
12.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

LISTA DE FOTOS

Foto 01. Sra. Maria Diva da comunidade de Monte Sinai.	35
Foto 02. Canoas em processo de preparação.	39
Foto 03. Canoas feitas a partir da sobreposição de tábuas.	39
Foto 04. Entrevista com José Bezerra responsável pela construção das canoas.	39
Foto 05. Detalhe da sobreposição de tábuas em processo de preparação.	39
Foto 06. Remo foliáceo com incisões decorativas em sua pá.	41
Foto 07. Remo foliáceo guardado no alto da casa.	41
Foto 08. Detalhe da empunhadura do remo.	41
Foto 09. Maria das Graças, artesã da Comunidade da Balsa.	42
Foto 10. Cipó titica (<i>Heteropsis sp.</i>) já beneficiado para confecção de utensílios.	43
Foto 11. Cesto cargueiro feito a partir do cipó ambé (<i>Philodendron sp.</i>).	44
Foto 12. Detalhe do trançado do cesto.	44
Foto 13. Detalhe do trançado e amarração.	44
Foto 14. Vassoura feita a partir do cipó titica.	45
Foto 15. Detalhe dos trançados da vassoura.	45
Foto 16. Trançados usados para cobertura das casas feito a partir da folha de palmeiras.	45
Foto 17. Avelino Nogueira (o Seu Piti), conhecedor de ervas, e João Bezerra, conhecedor de ervas e benzedor.	47
Foto 18. Armando Nogueira (à esquerda), conhecedor de ervas, e Raimundo Pinheiro (à direita), conhecedores de ervas e benzedor.	48
Foto 19. Sr. Raimundo Pinheiro e as ervas medicinais plantadas em seu jardim, utilizadas para benzimentos e chás.	49
Foto 20. Sr. Raimundo Pinheiro e as ervas medicinais plantadas em seu jardim, utilizadas para benzimentos e chás.	49
Foto 21. Sr. Raimundo Pinheiro, produtor de farinha de maneira tradicional.	52
Foto 22. Casa de farinha da comunidade de Sarafinha.	53
Foto 23. Detalhe de ralador à motor conhecido como “caititu”.	53
Foto 24. Armação de madeira utilizada como prensa na retira do sumo venenoso (ácido hidrocianico) da massa da mandioca.	53

Foto 25. Armação feito de argila que serve de forno para o tacho onde se torra a massa de mandioca para produção de farinha.	54
Foto 26. Ralador feito de chapa de metal e madeira que era utilizado antes da obtenção do ralador a motor.	54
Foto 27. Casa de farinha e tacho ao fundo.	54
Foto 28. Detalhes de outro tipo de prensa.	54
Foto 29. “Caititu” e motor à gasolina utilizada para ralar a mandioca.	54
Foto 30. Farinha d’água ou puba.	54
Foto 31. Espinhel amarrado em garrafa pet.	56
Foto 32. Detalhe dos anzóis no espinhel.	56
Foto 33. Tipo de zagaia utilizada na pesca.	57
Foto 34. Zagaia em forma de tridente.	57
Foto 35. Tipo de arpão utilizado na pesca.	57
Foto 36. Sr. Raimundo Ferreira e seu arco utilizado tanto na pesca como na caça.	57
Foto 37. Peixes (matrinxã) recém pescados no espinhel.	57
Foto 38. Queixada (<i>Tayassu pecari</i>) uma das espécies ainda caçadas na região.	58
Foto 39. Mutum-cavalo (<i>Pauxi tuberosa</i>), muito apreciado como caça e as vezes criado como animal doméstico como o presente em Sarafinha.	58
Foto 40. Entrevista com Sr. Vitor Pereira da comunidade Alto do Bode.	63
Foto 41. Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Vila de Tabajara.	66

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Final do Diagnóstico dos Bens Culturais, que será encaminhado à Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Rondônia, vem apresentar os resultados obtidos na ADA e AID do AHE Tabajara.

Os serviços foram compostos de visitas a campo nos meses de maio e junho de 2014. O relatório foi estruturado de acordo com as determinações da Portaria IPHAN nº 3551 de 04 de agosto de 2000¹, além de metodologia própria de avaliação de impactos e orientações do IPHAN constantes nos Ofícios 206/11 – CNA/DEPAM/IPHAN e 164/2012 – CNA/DEPAM/IPHAN.

¹ O Decreto nº 3.551, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, rege o processo de reconhecimento de bens culturais como patrimônio imaterial, institui o registro e, com ele, o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais. Informações disponíveis em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12308&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

2. ASPECTOS LEGAIS

A preservação do Patrimônio Histórico Artístico Cultural do Brasil só ganhou relevância institucional a partir da década de 1930 com a criação de um anteprojeto por Mário de Andrade, solicitado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que deu origem ao Decreto nº 25 de 1937 que cria e organiza o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Neste anteprojeto Mário de Andrade compreendia que os bens culturais se organizavam em duas ordens de entendimento, os de natureza material e imaterial, atestando sua importância na construção de uma identidade nacional. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que também foi um dos elaboradores do documento, privilegiou o caráter material do patrimônio cultural conforme vemos a seguir:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
(Artigo N° 25, 1937)

Desta forma, a prática do SPHAN e dos órgãos estaduais, nascidos após o “Compromisso de Brasília”², em 1973, privilegiavam o patrimônio de “pedra e cal”, ou seja, a preservação se dava, em sua grande maioria, por meio do tombamento, dos bens culturais de natureza arquitetônica.

Na década de 1980 as concepções de Mário de Andrade são retomadas,

² Encontro de governadores, prefeitos e autoridades da área de cultura, de todos os níveis, cujos objetivos foram: reforçar o papel do Estado na proteção dos bens culturais e atribuir às universidades a pesquisa histórica e a elaboração de inventário dos bens regionais.

principalmente por Aluísio de Magalhães, levando à criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que tinha por objetivo executar o referenciamento das dinâmicas culturais existentes no Brasil.

Para melhor compreendermos a noção de patrimônio imaterial e a forma como era compreendida à época (década de 1980) podemos dissertar que a incorporação do conceito antropológico de cultura, que tinha na observação cotidiana das sociedades o rompimento da concepção de patrimônio cultural nacional como algo homogêneo, representando uma unidade indivisível e estática. Emerge de forma ampla, a partir desta concepção, a ideia de diversidade cultural tornando-se significativo todas as etapas da construção e difusão dos bens, quer sejam de natureza material ou imaterial, com a valorização das práticas produtivas, os modos de vida e a organização social vista a partir dos bens (CHUVA, 2002).

Este momento particular de nossa história, no qual o patrimônio cultural, influenciado por um ambiente intelectual de caráter mais sociológico e antropológico, gerou a seguinte definição explícita no texto da Constituição Federal de 1988 que defende:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (I) as formas de expressão; (II) os modos de criar, fazer e viver; (III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico,

ecológico e científico. (Constituição Federal Brasileira, 1988).

Apesar da legislação vigente e do conhecimento da existência das leis acerca do patrimônio, ainda não havia nenhum instrumento legal específico que versasse sobre os bens de natureza imaterial. No dia 14 de novembro de 1997, durante as comemorações dos 60 anos do IPHAN, foi realizado em Fortaleza/CE o seminário “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção” com a participação da UNESCO e de representantes de instituições públicas, privadas e da sociedade em geral e que teve como objetivo a criação de subsídios para a construção de diretrizes para criação de instrumentos legais para

Identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artística e tecnológicas”, com especial atenção àquelas referentes à cultura popular. (Carta de Fortaleza, 1997)

Posteriormente, em 04 de agosto de 2000, é instituído, através do Decreto nº 3.551, o registro dos bens culturais de natureza imaterial constituintes do patrimônio cultural brasileiro, divididos em quatro livros de registro.

Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1º Esse registro se fará em um dos

seguintes livros: (I) Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; (II) Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; (III) Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; (IV) Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (Decreto 3.551, 2000)

Outro ponto de nota é que mostra a possibilidade efetiva de envolvimento da sociedade civil é o trecho que informa:

São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro: (I) o Ministro de Estado da Cultura; (II) instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; (III) Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal; (IV) sociedades ou associações civis. (Decreto 3.551, 2000)

Esta breve conceituação nos permite perceber que existe uma falsa dicotomia entre os bens de natureza material e imaterial. O tombamento, utilizado como um mecanismo de proteção para os bens de natureza material depende da manutenção física de sua estrutura, e por outro lado, o registro se caracteriza, dentro de seu processo legal, pelo dinamismo, pelo foco não pelas estruturas físicas, mas pela produção e reprodução dos saberes, buscando:

*(...) instrumentos e medidas de salvaguarda que viabilizem as condições de sua produção e reprodução, tais como: a documentação do bem, com vistas a preservar sua memória; a transmissão de conhecimentos e competências; o acesso às matérias primas e demais insumos necessários à sua produção; o apoio e fomento à produção e ao consumo; a sua valorização e difusão junto à sociedade; e, principalmente, esforços no sentido de que os detentores desses bens assumam a posição de protagonistas na preservação de seu patrimônio cultural. (“Princípios, ações e resultados da política da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil”:
IPHAN, 2010)*

Neste sentido, a ideia de referências culturais dirige o olhar para as representações constituintes de identidades regionais que remetem a um arcabouço basal em que se incluem os modos de fazer e saberes associados, às crenças, paisagens (partindo do conceito de que paisagem é algo culturalmente construído) e demais funções cotidianas (FONSECA apud IPHAN, 2000). Segundo o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (2000):

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes,

para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de 'raiz' de uma cultura. (IPHAN, 2000)

A preservação do patrimônio cultural deixa de ser, oficialmente, função exclusiva do Estado, dando aos atores o protagonismo sobre os meios de preservação legais. Desta forma definiu-se três instrumentos para a salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial:

1. Os mapeamentos e inventários que possibilitem uma coleta ampla e sistematizada de dados;
2. O registro, conforme formalizado no Decreto 3.551/2000, viabilizando a constituição, juntamente e em complementação ao tombamento, do repertório de bens culturais que integram o universo do patrimônio cultural brasileiro a ser reconhecido, preservado e valorizado pelo poder público. Resguardadas suas especificidades, o registro equivale ao tombamento: tombam-se edificações, sítios e objetos; registram-se saberes e fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares. O registro tem três características que o distinguem do tombamento: o caráter coletivo do pedido, o caráter descentralizado da instrução do processo e o caráter transitório da inscrição, e, finalmente;
3. Os planos e ações de salvaguarda, cujo objetivo é definir e organizar um conjunto de ações visando a contribuir para a melhoria das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais registrados.

Compreende-se, a partir desses instrumentos de salvaguarda, que é de extrema importância o desenvolvimento de pesquisas, sejam acadêmicas ou àquelas

relacionadas ao licenciamento ambiental, que possibilitem o reconhecimento dos bens patrimoniais. As pesquisas são formas eficientes de identificação do patrimônio cultural, de produção e preservação de informação. São, portanto, os primeiros passos para preservação do patrimônio cultural contribuindo no resgate das tradições culturais, suas representações e manifestações.

Desta forma, o desenvolvimento de pesquisas sobre o patrimônio cultural é intrínseco para compreensão e preservação que deve “*ser visto como um suporte para um processo contínuo de produção da própria vida*” (CASTRIOTA, 2009, p.87). Neste contexto, compreende-se que pensar em patrimônio cultural é refletir sobre as adaptações e variações da cultura, que é uma prática social, dinâmica e viva.

Para Machadinho D’Oeste, inserido dentro da ADA destes estudos, o mesmo não apresenta nenhum instrumento jurídico específico que proteja o Patrimônio Cultural. Os aparatos legais existentes como a Lei Orgânica, o Código de Postura e o Código Ambiental Municipal dão diretrizes em relação à cultura, esporte e lazer, mas não norteiam as políticas de conservação, promoção e preservação dos bens culturais.

Neste sentido, Sergio Carlos Viana Coelho, secretário de Educação, durante a entrevista realizada, sinaliza a preocupação em relação à Educação Patrimonial. Segundo o secretário, a falta de formação específica na área do patrimônio, o tempo curto e a insegurança do professor inviabilizam muitas vezes a discussão em sala de aula. Os professores abordam o tema como se fosse folclore e não uma cultura viva e dinâmica. O secretário afirma, ainda, a necessidade de cursos de capacitação para os docentes e funcionários da secretária de educação com intuito de facilitar o desempenho das funções frente às novas demandas do Patrimônio Cultural.

Neste cenário, compreende-se que há uma urgência em criar instrumentos jurídicos e normativos próprios para o campo do Patrimônio Cultural no município. Mas também há necessidade de estabelecer parâmetros para que a educação patrimonial

seja entendida como um processo de ensino aprendizagem que propõe aos indivíduos uma ponte com seu passado, sua história e sua memória sociocultural.

3. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O AHE Tabajara, que será construído no rio Ji-Paraná, também conhecido como rio Machado, terá potência instalada de 400 MW distribuídos em 3 unidades geradoras do tipo Kaplan. O aproveitamento hidrelétrico tem reservatório com nível d'água máximo normal na cota 80 m, sem deplecionamento (reservatório a fio d'água). As unidades geradoras serão abrigadas em uma casa de força incorporada à barragem e posicionada, em sua maior porção, na margem direita do rio. O tipo de fuga previsto será um canal escavado em solo e rocha sem revestimento.

O GET – Grupo de Estudos Tabajara - responsável por esta etapa do licenciamento (GET) é composto pela Eletronorte/Eletronorte, Furnas, Endesa Brasil e Construtora Queiroz Galvão.

O circuito de adução/geração será composto de tomada d'água conjugada à casa de força. A aproximação à tomada d'água se dará através de canal escavado em solo e rocha sem revestimento.

O vertedouro de ogiva alta em concreto convencional, dimensionado para uma vazão máxima de 9.450 m³/s, com período de recorrência de 10.000 anos, terá suas estruturas implantadas no leito do rio.

O desvio do rio será feito em duas etapas, sendo a vazão de dimensionamento, com período de recorrência igual a 50 anos, de 6.200 m³/s. Na primeira etapa do desvio será implantada uma ensecadeira estrangulando parcialmente o rio, que permitirá a construção das estruturas de concreto no leito e na margem direita do rio. Para a segunda etapa do desvio, o rio será conduzido a estruturas especiais posicionadas no vertedouro.

O barramento principal será em solo compactado, com exceção dos trechos junto às estruturas de concreto que serão em enrocamento com núcleo de argila. A

altura máxima da barragem é de 31 m e o seu comprimento de crista de 3.000 m. A cota de coroamento da barragem será 84 m e, das estruturas de concreto, 83 m. A área do reservatório será de 96 km², restritos ao município de Machadinho do Oeste.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO ETNOHISTÓRICA

O trecho do rio Ji-Paraná (ou Machado) que, está sendo estudado, possui poucas referências sobre populações indígenas. Diretamente relatado pelos habitantes locais e ligados através da descendência está o grupo étnico Mura. Em relação aos Tenharim, a proximidade de suas terras com a região de influência (ADA e AID) e seu histórico de movimentação, que inclui o rio Machado, nos faz realizar uma pequena descrição etnohistórica dos mesmos. A presença ribeirinha, fruto da miscigenação indígena com levas migratórias nordestinas e outras de menor vulto constitui a última parte deste capítulo.

4.1 Os Kagwahiva – A Etnia Tenharim

Dentre as divisões da família linguística Tupi-Guarani (RODRIGUES, 1986, P. 39), temos os grupos Kagwahiva localizados na região dos afluentes orientais do médio rio Madeira e Tapajós. Pertencem a este ramo os Parintintin, Tenharin, Tenonde, Juma, Uru-eu-Wau-Wau, Amondawa e Jahoi.

Os Tenharim, aqui sumariamente descritos, são aqueles habitantes da região dos afluentes do rio Madeira (MENÉNDEZ, 1981-1982). Até 1922, ano da “pacificação” dos Parintintin realizada por Nimuendajú, eram considerados como um único grupo. Posteriormente, estudos antropológicos e descrições de cronistas e viajantes revistos, mostravam diferenças internas entre os Kagwahiva. Dos grupos constantes nos documentos sobre a região do médio rio Madeira até meados do século XX, temos, no estado do Amazonas, os Kagwahiva setentrionais: Tenharim, Parintintin e Jiahui. Já na região do rio Machado, no estado de Rondônia, temos os Kagwahiva meridionais: Juma (transferidos recentemente da região do rio Purus), Jupau (Uru-eu-wau-wau), Amondawa e Karipuna.

As primeiras referências aos grupos Kagwahiva localizam-nos, por volta de

1750, primeiramente na região do curso superior do rio Juruena, ao lado dos Apiaká. Região praticamente desconhecida das frentes de expansão, posteriormente foi vasculhada pela frente mineradora, que desde Cuiabá avançava para o norte à procura de novas minas de ouro. Este fato, bem como a guerra com os Munduruku, foram assinaladas como causas do deslocamento dos Kagwahiva dessa região para as margens do rio Madeira. Nimuendajú associa-os aos antigos Kawahíb ou Cabahíba que no século XVIII habitaram a região entre os rios Arinos e Juruena, formadores do rio Tapajós, de onde foram expulsos graças a pressão Mundurukú (NIMUENDAJÚ, 1948: 283-4). Em meados do século XIX, na margem leste do rio Madeira, chegam os relatos de grupos combativos que de início entraram em conflito com os grupos Torá e Mura-Pirahã, além dos seringueiros que naquele momento se espalhavam pela bacia do rio Madeira. Recebendo a denominação Parintintin (do qual os Tenharim fazem parte) por seus inimigos Mundurukú, se autodenominavam “Kagwahiv”. Fugindo para o oeste até alcançarem os vales do rio Madeira e Machado, distribuíram-se ao longo dos rios até a serra dos Pacaá-Novas.

Após intensa guerra com a sociedade brasileira, entre os séculos XIX e XX, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) liderou ações de pacificação que tiveram em Nimuendajú seu principal agente.

Os Tenharim são parte dos chamados Kagwahiva, que embora concentrados no vale do rio Madeira, distribuem-se em duas áreas, a do médio rio Madeira, no estado do Amazonas, e a do alto rio Madeira e rio Machado, em Rondônia (respectivamente, os Kagwahiva setentrionais e os Kagwahiva meridionais) (KRACKE, 2007); áreas definidas ao norte/nordeste e ao sul da cidade de Porto Velho.

Apesar das diferenças étnicas apontadas hoje em dia, este grupos, no passado, viviam sob alianças, reconhecendo-se como uma única sociedade. Relatos dos Tenharim denotam ocupações antigas divididas entre as áreas de serras e manchas de cerrado, este último caracterizado como as manchas de cerrado existente ao norte do rio Machado. Atualmente os Tenharim dividem-se em três áreas: rio Marmelos, Igarapé

preto e Sepoti.

4.2 Os Mura

As primeiras notícias sobre os Mura dão conta de uma população com total domínio sobre os caminhos fluviais da região do rio Madeira. Em 1714 foram realizadas as primeiras tentativas de redução dos Mura aos aldeamentos da Companhia de Jesus na região do Madeira. Eram vistos como ameaças aos estabelecimentos implantados na região junto a outros povos, devido aos frequentes ataques, bem como contra as embarcações comerciais que atuavam no rio Madeira (AMOROSO, 1992)

As primeiras denúncias contra os Mura se deram na fase de hegemonia da Junta das Missões, formada pelas ordens religiosas católicas atuantes no Grão-Pará até 1755. Estas exploravam as drogas dos sertões, efetuando significativo volume de exportações. Representava a presença Mura um inimigo a ser combatido o que levou à criação dos Autos da Devassa contra os Índios Mura do rio Madeira (1738-1739), que consistia em uma ação judicial movida pelas ordens religiosas que atuavam na região do Madeira (CEDEAM, 1986). A partir de então, os Mura figuraram como inimigos oficiais da Igreja e da Coroa Portuguesa, passíveis de serem mortos e escravizados.

Em 1757, com a fundação do Diretório Pombalino que garantia liberdade formal aos índios, os Mura continuaram a ser uma exceção, uma vez que considerados inimigos oficiais da Coroa. A Carta Régia de 1798 também excluía os Mura dos benefícios da Lei, juntamente com os Karajá e Munduruku, figurando como “exceções de liberdade”. Era a escravidão legitimada destas populações.

O imenso território ocupado pelos Mura impulsionou o temor de um levante generalizado contra a colonização. As próprias características de formas de territorialidade e organização social colaboraram na construção de uma imagem pejorativa do inimigo a ser subjugado.

Já no século XIX, os Mura tem presença marcante nos confrontos armados da Cabanagem (1835-1840), ocorridos em toda Amazônia. A forte presença Mura nos rios Solimões e Madeira é atestada pela própria documentação da repressão, que atuou intensamente na região entre 1836 – quando da retomada legalista de Belém e intensificação dos combates ao interior – até meados de 1840, quando os confrontos foram dados por finalizados pelo presidente da província com a rendição dos últimos cabanos (AMOROSO, 1992).

A repressão militar aos cabanos marca uma das mais dramáticas páginas da história da Amazônia. Vencidos em mais uma guerra e alvo mais uma vez das “pacificações”, os Mura foram descritos pelos viajantes do século XIX, tais como Spix & Martius (1976), na condição de corrompidos pelo contato, “aculturados”, viciosos, que se empregava na pesca e caça de animais aquáticos em troca de cachaça. Eram, enfim, tidos como um povo decadente e atrasado. Ainda que derrotados pelos intensos conflitos ao longo de dois séculos, os Mura continuaram a ser a principal e mais numerosa população do sistema hidrográfico do rio Madeira.

4.3 As Populações Ribeirinhas

Quando falamos de populações caboclas nos referimos aos grupos que possuem o conhecimento florestal acentuado, habitantes da floresta, dependentes não apenas do cultivo de raízes, mas também da caça, pesca e da coleta, possuidores dos meios de adaptação ao ambiente em que vivem, mas que na atualidade vem se modificando rapidamente com as influências da vida urbana.

Viajantes do período colonial descrevem a existência de inúmeros povoados ao longo dos rios amazônicos. Com as doenças, “guerras justas” e escravidão estes povoados foram praticamente extintos. Em seu lugar, geralmente nos mesmos locais onde outrora se erguiam aldeias densamente povoadas, passou a viver uma população

mestiça, produto da interação entre indígenas “destribilizados” e o elemento branco. Desta maneira pode-se inferir que a localização estratégica das antigas aldeias e a concentração de recursos levou não só à ocupação dos mesmo locais outrora ocupados por seus antepassados diretos ou não, mas principalmente à adoção de suas estratégias de interação com o meio.

A colonização não destruiu os modelos socioculturais de exploração do ambiente e, mesmo que tenham se diferenciado, em parte, das culturas indígenas da qual se originaram, algumas características marcantes transpassaram as fronteiras étnicas. Sua principal influência, dentro das premissas de uso dos recursos naturais, reside nas técnicas adaptativas indígenas, incorporando sua base alimentar baseada, no rio Machado, nas raízes (mandioca, macaxeira, cará), na pesca e caça e no uso das palmeiras (açai, bacaba, patauá, pupunha).

Entre o final do século XIX e o início do XX estas populações ribeirinhas, fruto de populações escravizadas e massacradas ao longo dos séculos de conquista ibérica na Amazônia, tiveram na miscigenação com populações advindas do Nordeste do Brasil a incorporação de novas credices e readaptações na interação com o meio.

Na década de 1970, o regime militar propagou a ideia de que a Amazônia seria uma região a ser ocupada, integrando-a social e economicamente ao contexto nacional e mundial. Desta forma suas políticas para a região foram focadas para ocupação, teoricamente, ordenada do espaço, com foco em grandes projetos de infraestrutura e de fixação econômica (BR-319, Transamazônica, Hidrelétrica de Balbina, Zona Franca de Manaus), além dos inúmeros assentamentos rurais espalhados pelas várias regiões amazônicas. Estes assentamentos tinham como um de seus objetivos a diminuição de conflitos pela terra nas regiões Sul e Centro-Oeste do país, deixando clara a impossibilidade de realização de políticas de reformas agrárias nestas regiões (SCHWEICKARDT, 2003).

As políticas para a região continuaram a ser pensadas de fora para dentro, com objetivos focados apenas num tema e deixando de lado o entendimento da relações socioambientais regionais como parte de um processo histórico. Tinham um caráter vertical em detrimento da horizontalidade, os benefícios não eram compartilhados pelas populações, que permanecem invisíveis, sem envolverem-se ou mesmo terem a real noção das formas de se pensar o espaço regional a partir das mudanças que até o momento se colocam.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

Aparentemente, os primeiros registros de ocupações da região se enquadram no contexto mais amplo de colonização de vastas áreas da Amazônia a partir de dois fatores externos: a super valorização da borracha, que criou um mercado ávido pelo látex amazônico; e a grande seca nordestina de 1877/79, que deslocou uma massa humana faminta e desesperada, disposta a aceitar quaisquer tipos de relação de trabalho, em troca do suficiente para a própria sobrevivência. Tudo isso, numa época em que o trabalho escravo ainda vigorava em amplas áreas do território brasileiro. A maior parte deste contingente terminou trabalhando nos seringais amazônicos. Especificamente no vale do Ji-Paraná, tal processo foi o responsável pela formação de vários povoados ribeirinhos, entre eles: Dois de Novembro e Tabajara.

Até 1912³, quando a borracha asiática começou a ser exportada ocasionando a queda do preço do látex no mercado internacional, a atividade seringalista movimentava a economia de toda a região amazônica, garantindo um grande fluxo de pessoas e produtos para abastecer os seringais e transportar a produção. A rede hidrográfica regional foi um grande facilitador e, na área do empreendimento, essa movimentação ocorreu através do rio Ji-paraná e de seus afluentes.

Ano	Exportação (em toneladas)
1827	30
1840	360
1875	760
1900	26 700
1912	42 286
1932	6 244 (mínimo)

³ Também ocorreu a infecção causada pelo *mal das folhas* nas árvores plantadas na Amazônia e nas Guianas.

1944	21 192
------	--------

Produção de borracha (MATOS, 1980:3).

As fontes analisadas indicam (Jornal A Capital de 27 de setembro de 1917, Manaus nº 74, pag.1/ Biblioteca Nacional, <http://memoria.bn.br/>; MACIEL, 1998) que a Vila Tabajara e o Porto Dois de Novembro eram propriedades da Asensi & Cia., cujos imensos seringais iam desde o porto de Calama, onde ficava sua sede, até os limites superiores do vale do Ji-Paraná. No auge das atividades, possuíam mais de dois mil trabalhadores envolvidos na extração do látex (Jornal A Capital de 3 de setembro de 1917 Manaus nº 50, pag.2/ Biblioteca Nacional, <http://memoria.bn.br/>). Chegaram a embarcar de Calama, na confluência dos rios Madeira e Ji-Paraná, 800 toneladas de borracha por ano para Manaus (cinemateca.gov.br/navi.ufam.edu.br).

Tendo em vista a importância da empresa e sua relação direta com o surgimento da Vila Tabajara e o Porto Dois de Novembro, torna-se fundamental discorrer, mesmo que brevemente, sobre a trajetória da Asensi & Cia. na região do empreendimento. Poucos dados restaram que possam comprovar as dimensões dos seus negócios no vale do Ji-Paraná e no mercado da borracha. A documentação administrativa não foi acessada e, muito provavelmente, já não existe mais.

As primeiras informações sobre a região em questão no período da borracha são um tanto controversas e pouco confiáveis, indicando que os seringais do vale do Ji-Paraná, incluindo a área do empreendimento, foram inicialmente concedidos ao espanhol Manoel Corbacho, em 1877, ainda nos tempos de D. Pedro II (MACIEL, 1998).

A partir do início do século XX, surgem muitos dados seguros sobre a trajetória da Asensi. Em 1907, por exemplo, há registros da Corbacho, Asensi &

Cia.⁴ com sede em Belém do Pará, que lidava com exportação de borracha (<http://memoria.bn.br/>; www.novomilenio.inf.br). Pouco tempo depois, surgiram duas empresas distintas: a Asensi & Cia., com sede em Calama e a Corbacho & Cia., sediada em Manaus.

Asensi & Cia. foi uma grande colaboradora e fornecedora da Comissão Rondon⁵, cedendo, inclusive, alguns empregados para auxiliar na pacificação dos Parintintins, quando foram utilizados os mesmos métodos de aproximação de Rondon (LIBANIO, 2013:10). Na verdade, a Asensi & Cia. já se encontrava na região, em plena atividade, bem antes da chegada da Comissão Rondon.

A instalação e manutenção da Vila, do Porto e da própria linha telegráfica, com postes importados, são provas do poder econômico e do volume dos negócios da empresa. Soma-se a isso um sistema de transporte fluvial bastante eficiente entre a cachoeira de Monte Cristo, no rio Ji-Paraná e Calama, no rio Madeira, composto por uma ampla e variada frota (MAGALHÃES 1916:50).

Outra prova da importância da empresa, foi a produção do documentário Ouro Branco, filmado entre 1917 e 1918, pelo Major Luiz Thomaz Reis, cinegrafista da comissão Rondon e integralmente financiado pela Asensi & Cia. O filme foi exibido em Manaus⁶ e no Rio de Janeiro⁷, em 1919. O foco central era a empresa, seus seringais⁸ e castanhais, as margens do rio Ji-Paraná, os escritórios e armazéns em Tabajara, que de acordo com a sinopse do filme era um importante centro de expedição da borracha, e em Calama, a 150 km da primeira, onde ficava a sede da empresa e de onde a borracha era despachada

⁴ A análise das fontes existentes demonstrou que a relação entre a Corbacho e a Asensi não se resumiu a esta sociedade.

⁵ Entre 1909 e 1915, ocorreu a instalação das linhas telegráficas ligando as cidades de Santo Antônio do Rio Madeira e Porto Velho com a cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso.

⁶ No Cine Polytheama.

⁷ Jornal do Comércio, citado por SVC/EICSM, informa que, anteriormente à apresentação em Manaus, o filme já teria sido "exibido com êxito nos principais cinemas do Rio de Janeiro" (cinemateca.gov.br/bases/?FILMOGRAFIA-002098).

⁸ O filme mostra a *Hevea brasiliense* (seringueira), o caucho (*Castilla ulei*), que produzia um látex de pior qualidade e a castanha (*Borhoretia excelsa*).

para os armazéns da M. Corbacho & Cia.⁹, em Manaus, para classificação e exportação. O filme também mostrava os meios de transporte da borracha pelos rios e por tropas de animais através de uma estrada de rodagem, que ainda existe¹⁰, entre a Vila Tabajara e o Porto Dois de Novembro, evitando-se as cachoeiras do Ji-Paraná (cinemateca.gov.br/navi.ufam.edu.br).

A última informação encontrada sobre a empresa consta no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, de 1925, mas fica a expectativa de que mais dados possam ser obtidos com o aprofundamento das investigações na próxima fase do licenciamento.

Um detalhe importante sobre a Asensi & Cia. é que mesmo que exíguas, todas as fontes consultadas reforçam seu papel de protagonismo econômico em todo o vale do Ji-Paraná durante o período áureo da produção da borracha. Após a queda nos preços da borracha e a derrocada do arcaico sistema de produção, o látex só foi revalorizado nos tempos da Segunda Guerra Mundial, quando a região de Tabajara experimentou um florescimento efêmero.

Com a decadência definitiva da borracha, a região caiu no esquecimento e no atraso, e somente em 1979 surgem informações sobre Tabajara, que aparece como distrito do Município de Ariquemes. Nove anos depois, o distrito foi extinto e sua área incorporado ao novo município de Machadinho D'Oeste.

⁹ M. Corbacho & Cia. era uma importante firma aviadora, importadora e exportadora estabelecida em Manaus. A firma possuía vários seringais no Rio Madeira, que produziam cerca de 300 toneladas de borracha por ano. Além da seringa e da castanha, exploravam a madeira, cacau, tabaco e outros produtos. Os srs. M. Corbacho & Cia. são agentes de várias companhias de navegação e têm vapores seus fazendo transportes em diversos rios. Importa a firma toda a sorte de artigos, que são enviados para os diversos seringais, e faz parte da Associação Comercial do Amazonas (Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd 1913).

¹⁰ Na última parte, são mostrados o proprietário da área e dos seringais e os escritórios de sua empresa em Calama.

5.1 Contextualização Histórica e Administrativa de Machadinho D'Oeste

A contextualização do município Machadinho D'Oeste baseia-se nos dados contidos no site do IBGE (www.ibge.gov.br)

Em 1988, através da lei municipal n°198, de 11/05/1988, Machadinho D'Oeste é elevado à categoria de município e distrito, sendo desmembrado dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná. Ressalta-se que o povoamento da área do município inicia-se a partir do assentamento do INCRA PA Machadinho em 15/02/1982, consolidado pelo Decreto-lei Federal n°88.225 de 1983.

A lei municipal n°414, de 29/04/1998, cria e anexa ao município de Machadinho D'Oeste – constituído, até então, do distrito sede – os distritos de Oriente Novo, Quinto Bec e Tabajara.

Desde 2007, o município é formado por quatro distritos: Machadinho D'Oeste, Quinto Bec, Tabajara e Oriente Novo.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa priorizou a sua dimensão qualitativa, pois diferente dos termos quantitativos de outros estudos ambientais (como a contabilização de exemplares de alguma espécie botânica específica), a diversidade cultural não pode ser medida de forma estatística. Desta forma a metodologia seguiu o proposto pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), ainda que não o tenha utilizado a partir de suas fichas, mas apenas do método.

6.1 Problematizando o território – O que consideramos como área de influência?

Antes de tudo, devemos deixar claro como iremos definir nosso recorte geográfico, o espaço incluso nesta pesquisa, para procedermos à delimitação do território do sítio Tabajara. Aqui diferimos território de espaço, sendo o primeiro uma apropriação humana deste último. O nosso fio condutor é o rio Machado / Ji-Paraná, elemento decisivo na ocupação e na transformação do espaço. Essa transformação se dá de diferentes maneiras e inicia-se a partir da ocupação pretérita indígena na região. Por motivos óbvios a descrição densa sobre a etnologia regional e as relações com o território atual não são mais possíveis, devido ao rápido extermínio que as populações indígenas foram alvos no período de exploração da borracha, mas que, provavelmente, tinham o rio como demarcador de seu território.

O rio, um espaço físico, é o sujeito ativo ou oculto, a partir dos múltiplos pontos de vista e das configurações das manifestações no espaço. Grupos sociais são capazes de forjar territórios nos quais a dimensão simbólica é sobreposta à sua dimensão material. Nesse sentido, uma das principais características do território está no fato de que diferentes grupos sociais podem dele se apropriar e lhe conferir diferentes significados.

Isto nos leva a outro ponto, a questão de identidade com o território, que deve ser vista como uma relação social definida fundamentalmente através do território. Isto significa que ela é em si uma relação de apropriação que se dá tanto simbolicamente (imaterial) como fisicamente (material) tornando este, o espaço geográfico fundamental nos processos de identificação social. Desse modo, “*não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes*” (HAESBAERT, 1999: 172). Ainda segundo esse autor, uma de suas características mais importantes está no fato de que:

"ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência 'condense' a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re) construção imaginária da identidade envolve, portanto, uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade."
(HAESBASERT, 1999: 180).

É desta forma que o meio passa a ter significação na ação humana, como o espaço de interação e manutenção dos bens culturais. Visualizamos, desta forma, pelo menos duas formas de identidade, uma macrorregional, ligadas aos grupos de ascendência, na primeira os descendentes dos seringueiros ou soldados da borracha, na maior parte das vezes de pais vindos do nordeste e casados com mulheres amazônicas e um segundo, falando aos sussurros, menos dito e escondido entre todos, os descendentes dos Mura ou Moura (como os entrevistados denominam a etnia indígena), grupos indígenas habitantes originais do rio Madeira. Lidamos com essas duas categorias de identidade, às vezes bem marcadas, por outras superpostas nos atores sociais, como necessárias na humanização do ambiente (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

A partir da ideia de espaço, nossa investigação analisou quais seriam as áreas de impacto entre o AHE Tabajara e os bens culturais existentes na região.

Desta forma o nosso recorte espacial levou em conta três espaços, divididos pela sua localização em relação ao empreendimento:

- Povoado de Tabajara (ADA);
- Áreas à montante da barragem (ADA);
- Áreas à jusante da barragem (AID).

Cada saber, cada manifestação, criou pra si e em si formas materiais e comportamentos próprios, marcadores necessários de identidade e são destas identidades que partimos para reconstruir, minimamente, os bens culturais identificados.

Ao final será exposta uma análise de risco em que se deve basear o IPHAN nos próximos passos, não apenas direcionado ao empreendimento, mas na função que lhe cabe como órgão gestor do patrimônio cultural brasileiro. Procuramos assim dar conta da diversidade social existentes nas localidades, estudando, a partir dos relatos dados pelos informantes, a seleção dos bens culturais eleitos como marcadores de identidade grupal, inter-relacionados em seus aspectos diacrônicos e sincrônicos, visando o melhor enquadramento dentro dos estudos de impactos ambientais.

7. OS BENS CULTURAIS

Os trabalhos de campo ocorreram nos meses de maio e junho de 2014, quando os primeiros contatos puderam nortear as etapas seguintes, dando-nos uma visão concreta das dinâmicas sociais existentes.

O foco se deu sobre as relações existentes na Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Impacto Direto (AID), as localidades no entorno do empreendimento. Foi necessário compreender, dentro da realidade exposta, o mundo simbólico por trás das práticas sociais, que nem sempre são tão claras pelos atores sociais que as sustentam.

Foram realizadas entrevistas com atores sociais reconhecidos pelas comunidades existentes na ADA e AID e apontados como detentores de conhecimento sobre bens culturais de forma que pudéssemos descrevê-los minimamente. Nosso enfoque se limitou aos aspectos da vida social, reconhecidos e indicados, como parte integrante dos bens descritos, a partir de uma indicação mínima, por parte dos atores entrevistados.

Os bens inventariados foram identificados não como um produto estático do meio social, mas antes de tudo como bens, testemunhas da história local/regional e mutáveis. O que não pretende e nem torna este levantamento como algo definitivo, mas o embrião de estudos mais densos que devem ser incentivados pelos órgãos responsáveis.

Desta forma identificamos que a Vila Tabajara é a maior comunidade ribeirinha da ADA, apresentando maior número de habitantes. Nas ruas, os marcos históricos (os postes, pista de avião e a antiga cadeia) nos permite rememorar o passado do ciclo da borracha. A nostalgia das festas, dos tempos de fatura é revivida pelos moradores mais antigos no “bate papo” da tarde. Estes relatam que muitas festas aconteciam, que

não tinha tanta igreja evangélica, a praça tinha coreto. Falam também sobre os barcos de metal afundados no rio.

Ao falarem dos barcos, que expressam sua história, o ciclo da borracha, percebe-se o valor histórico e sentimental que a embarcação tem para os moradores. E a consciência de preservação pode ser percebida na fala de Armando Ramos Nogueira, morador da Vila Tabajara: *“o barco fica na 2 de Novembro e o outro está no fundo do rio. Há uns tempos atrás, uma pessoa tentou pegar o barco no 2 de Novembro. Mas nos não permitimos. O barco fala da nossa história, nosso passado. Não pode levar, não.”*

Os entrevistados, tidos como referência na Vila Tabajara, falam de um cotidiano mais aprazível no passado. *“Tinha médico, remédio, fatura. Podíamos pescar e caçar. Hoje somos tratados como bandidos pelo Ibama”* (Armando Ramos Nogueira, morador da Vila Tabajara). Apesar das queixas, afirmam que morar ali é muito bom. Mas sentem saudades das festas: *“Vinha gente de todas as comunidades, pra cá, até gente de Porto Velho”* (Maria das Graças Pereira Neves).

Além da Vila de Tabajara, a ADA é composta pelas comunidades ribeirinhas de 2 de Novembro, Sarafinha, Alto do Bode e Balsa. Já as comunidades ribeirinhas de Monte Sinai, Amorim e Bom Futuro compõem a AID.

As celebrações citadas na pesquisa são em sua totalidade de cunho religioso. No entanto, já não acontecem, na maior parte das vezes, pois grande parte da população ribeirinha mudou de religião (de católicos para protestantes). Os festejos realizados atualmente estão relacionados às diversas igrejas evangélicas da área.

Os ofícios e modos de produzir estão relacionados diretamente à sobrevivência: produção da farinha, benzedores, parteira e artesanato – em madeira e palha. Os benzedores apresentam problemas na transmissão do conhecimento. Eles alegam que

os mais novos não querem aprender. Mesmo assim, eles ensinam. *“Aprende quem quer”*, diz Raimundo Pinheiro da Mota – morador da Comunidade Sarafinha.

Os produtores de farinha obtiveram uma ajuda do governo através do programa Ponto de Cultura. Ganharam duas farinheiras elétricas que foram instaladas na Vila Tabajara e na comunidade Monte Sinai. No momento de nossa visita, a farinheira da Vila Tabajara não tinha sido instalada por falta de infraestrutura. *“Nenhum dos moradores se apresentou, até o momento, para assumir as responsabilidades pela aquisição. Eles são muito desconfiados”*, afirma Terry Siconi, responsável pelo projeto e funcionária da prefeitura.

Em relação à caça e à pesca, muitos moradores afirmam ter mudado os hábitos alimentares pela imposição dos órgãos ambientais. *“Antes a gente podia pescar, caçar. Mas hoje, as autoridades querem ensinar pra gente a viver neste lugar. Se eu não pescar e caçar, vou comer o que?”* (Francisco Evilagio Fernandes Picanço, morador da Comunidade Monte Sinai).

A parteira, atualmente, já não é tão solicitada na área pesquisada. A facilidade de acesso hoje à sede municipal e à Porto Velho atenuou o uso das parteiras. Mas ainda sim, segundo Maria Diva Santiago – moradora da Comunidade de Monte Sinai, *“pego criança, se for preciso. A medicina esta avançada, mas quando é da vontade do Pai, ela nasce. E estes médicos no hospital, não sabe nada. Muitas crianças morrem na mão deles. Eu nunca perdi nenhum.”*

Seguem as descrições dos bens identificados na ADA e AID.

7.1 A arte de partejar

A parteira tradicional, em muitos casos, adquire suas aptidões na demanda cotidiana ou aprende o ofício com outras parteiras. Os saberes e técnicas das três

parteiras entrevistadas surgem da prática, diante da necessidade de assistir as parturientes e suas famílias.

Utilizam seus conhecimentos sobre plantas medicinais, adquirindo-os de forma oral com os mais velhos, para prevenir os males que podem acometer a mãe e criança durante o processo de parturição. Indicam unguentos, banhos e chá de ervas cultivadas no quintal para aliviar as dores não somente das gestantes, mas da família.

“O chá de palmerinha corta a diarreia. A raspa do pé de cajá serve para dores de barriga e hemorragias. Já salvei muitas vidas com estas receitas caseiras.” (Maria Diva Santiago, 57 anos, moradora da comunidade Monte Sinai)

Pedimos as mães para guardarem o umbigo para fazer remédio. Quando a criança tiver cólica, pegue um pedaço do umbigo, acrescente água, ferva e dê para o bebe tomar. (Maria Diva Santiago, 57 anos, moradora da comunidade Monte Sinai)

Neste sentido, compreende-se que as parteiras desempenham funções de conselheiras, médicas, enfermeiras, pessoas essenciais na sobrevivência das comunidades ribeirinhas.

Somos parteiras, enfermeiras, médicas... fazemos de tudo que for preciso (Maria Diva Santiago, 57 anos, moradora da comunidade Monte Sinai)



Foto 01. Sra. Maria Diva da comunidade de Monte Sinai

Os partos são realizados em um ambiente doméstico, onde os familiares participam ativamente do processo. Ao sentir as dores, cabe ao marido chamar a parteira que assistirá a parturiente.

O processo de parturição domiciliar, muitas vezes, acontece em condições precárias. Os instrumentos utilizados nem sempre são esterilizados. Quando o são, ocorre de maneira caseira aplicando-se álcool. Diante das dificuldades enfrentadas no parto, as parteiras afirmam que o ofício é um dom de Deus, não cobram pelo serviço prestado e que a coragem é a principal qualidade.

Aprendi sozinha, diante da necessidade. É necessário ter coragem e fé. (Maria Diva Santiago, 57 anos, moradora da comunidade Monte Sinai)

Após a parturiente dar a luz, as atenções concentram-se nos cuidados especiais para sua recuperação. A puérpera¹¹ deve ficar deitada, evitar alimentos remosos, isto é, alimentos que possam causar mal estar, o esforço físico e não ter relação sexual.

“Sardinha, pacu branco, galinha pode comer. Mas carnes e frutas remosas, catitu, carne de porco em geral, peixe de couro não se deve comer, pois dificultam a cicatrização e podem causar inflamação no bebe. Esta restrição deve ser mantida durante a quarentena.”(Maria Diva Santiago, 57 anos, moradora da comunidade Monte Sinai)

Nota-se, ainda, uma preocupação com o retorno da anatomia do corpo. Todas as proibições impostas pelas parteiras tem o intuito de impedir hemorragias e complicações para a mãe e o bebê.

“é necessário fechar o quadril, coloca-se a grávida de bandinha (de lado) Senta-se no quadril da parturiente de um lado e do outro. Se isto não acontecer, ela sentirá as dores da mãe do corpo por toda vida. Se uma mulher tiver a dor da mãe do corpo, esta não pode sentar na cama da grávida. Pois a dor passa de uma para a outra.”(Maria Diva Santiago, 57 anos, moradora da comunidade Monte Sinai).

7.2 Artesanato

A prática de produção de objetos para uso cotidiano foi herdada da população ameríndia, que habitava a região amazônica. A necessidade de diferentes artefatos nas

¹¹ ‘Puérpera’ é sinônimo de ‘Parturiente’.

atividades domésticas, de transporte, produtivas, ritualísticas e lúdicas proporcionou diversidade e aperfeiçoamento das técnicas de manufatura dos objetos.

As técnicas de manufatura dos artefatos e os saberes sobre os recursos florestais foram transmitidos oralmente e perpetuados pelas populações ribeirinhas. As manufaturas são produzidas de cipós, madeiras, palha. A partir destas matérias-primas são produzidos remos, tipiti, paneiro, esteiras, cestos, vassouras, canoas. Observa-se que a confecção de canoas e remos destacam-se no conjunto da produção local.

As pequenas embarcações a remo dão acesso aos igarapés, igapós e pequenos cursos d'água. Assim, as canoas são o único transporte desta população.

“aqui cada um tem que ter a sua. A canoa é nosso carro, nossa moto. Sem ela, não saímos do lugar” (Francisco Evilagio Fernandes Picanço, 57 anos, Comunidade Monte Sinai)

Em todas as comunidades visitadas, encontramos artesãos de canoa. A maneira de construção é similar nestas localidades. Estas são construídas em estaleiros caseiros, situados às margens dos rios, através do aprendizado repassado oralmente de geração a geração.

“ajudei muito o véio a fazer canoa. Bem, bem, bem... eu não sei fazer não. Mas pra mim sempre faço. Os remos sempre que preciso, remendo” (Armando Ramos Nogueira, 59 anos, Vila Tabajara).

“eu aprendi a fazer canoa com o pai do Piti, Avelino Ramos Nogueira Filho” (João Gomes Bezerra, 73 anos, Vila Tabajara).

As canoas são edificadas de duas formas distintas, de acordo com os artesãos. A mais comum é a canoa feita com pranchas de madeira extraída da floresta. A matéria prima mais estimada é a Itaúba e Cedro. A madeira pode ser retirada em qualquer

época do ano, de acordo com Vitor de Miranda Pereira. Ele afirma que deve ter cuidado ao cortar a árvore para ela não estourar. O artesão da comunidade do Alto do Bode conta que de acordo com as lendas, a madeira não deve ser suprimida na lua nova, pois a árvore pode estourar.

“Retiro a madeira com motosserra, aparo o tamanho, faço os blocos (pranchões), alinha e calafeta com breu e estopa”. (Vitor de Miranda Pereira, 46 anos, Comunidade Alto do Bode)

“A canoa é feita por peças, tira a forma e faz do tamanho que quer. Aprendi olhando meu pai fazer” (Avelino Ramos Nogueira Filho, 54 anos, conhecido como Pitt, morador da Vila Tabajara)

Após as pranchas serem pregadas e colocar o rabetão na polpa, a canoa passa por um processo de impermeabilização feito com breu. A resina é retirada da floresta, defumada e só então é passada com estopa em todo o exterior da embarcação. A canoa fica em repouso por dois ou três dias. A partir disto, é batizada nas águas dos rios locais.

“aprendi com meu tio. Uso a madeira itaúba, mas tá muito difícil. Estou usando piquia nesta canoa que esta quase pronta. Falta calafetar com estopa e breu comprado, pois para pegar no mato demora muito para fazer “ (Gilson Leandro Santiago Picanço, 38 anos, Comunidade Monte Sinai).



Foto 02. Canoas em processo de preparação.



Foto 03. Canoas feitas a partir da sobreposição de tábuas.



Foto 04. Entrevista com José Bezerra responsável pela construção das canoas.



Foto 05. Detalhe da sobreposição de tábuas em processo de preparação.

A canoa escavada na madeira é construída apenas pelo Raimundo Pinheiro da Mota, na comunidade de Sarafinha. Utiliza-se a enxó para escavar. A matéria prima usada por ele é a madeira de Itaúba, pois não racha e dura aproximadamente 12 anos. Mas na falta desta madeira utiliza outras como a da castanheira. No entanto, afirma Raimundo, a durabilidade é menor e elas racham com maior facilidade.

Durante cinco dias, com ajuda de um auxiliar, a madeira é escavada com cuidado para não furar. Depois de escavada, batem na canoa para verificar se a madeira está pronta para receber os alargadores. Caso o som seja oco e prolongado,

a madeira está mole ou pronta para receber as tesouras e ripas para manter a boca no tamanho adequado. Após este procedimento, emborca-se a canoa de boca para baixo no estaleiro com os alargadores e coloca-se fogo para dilatar o seu interior. Enquanto o fogo dilata o interior, a canoa recebe um banho de óleo lubrificante no exterior da canoa.

Observa-se que todo artesão produtor de canoa também produz os remos. Estes são feitos com a mesma matéria prima utilizada na construção naval. Os remos apresentam formatos distintos, mas segundo Avelino Ramos Nogueira Filho, mais conhecido como Piti, o formato não influi no uso do objeto.

“Fazemos remos redondos, bicudos. Dizem que o redondo pega mais água. Mas não tem diferença nos remos” (Gilson Leandro Santiago Picanço, 38 anos, Comunidade Monte Sinai).

“Faço o remo no formato de rabo de peixe boi...mas pra mim o formato do remo não da diferença na remada”. (Vitor de Miranda Pereira, 46 anos, Comunidade Alto do Bode)

“Os remos podem ser produzidos com a madeira Itaúba, Cedro e Louro. A mesma madeira utilizada para construir canoa”. (Avelino Ramos Nogueira, 54 anos, Vila Tabajara).

“Aprendi a fazer remos com meu marido... Não precisa deixar a madeira secar. Corta a madeira itaúba, talha e passa a plaina”. (Ivania Souza da Cunha, Comunidade da Balsa).

A produção naval da população ribeirinha estudada é o testemunho dos modos de vida e cultural mais tradicionais. Os artefatos navais são produzidos para consumo próprio e também para abastecimento do mercado local quando há encomendas.



Foto 06. Remo foliáceo com incisões decorativas em sua pá.



Foto 07. Remo foliáceo guardado no alto da casa



Foto 08. Detalhe da empunhadura do remo.

Os trançados, em geral, são pouco representativos na área estudada. Os produtos feitos de fibra mais expressivos são de uso cotidiano como vassouras, esteiras, paneiro, tipiti e cestos. Estes utensílios desempenham função essencial na

subsistência da população local, sendo utilizados durante a produção e transporte dos alimentos.



Foto 09. Maria das Graças, artesã da Comunidade da Balsa.

Os artefatos feitos de fibra são confeccionados por homens e mulheres. O beneficiamento da matéria prima é realizado igualmente por ambos os sexos. A retirada dos cipós, geralmente, é feita pelo homem, pois a matéria prima muitas vezes encontra-se em locais que apresentam riscos como animais peçonhentos e onças.



Foto 10. Cipó titica (*Heteropsis sp.*) já beneficiado para confecção de utensílios.

O aprendizado deste saber acontece oralmente no núcleo familiar com mãe, pai e avós. Associado ao saber fazer o objeto, também é repassado toda a cadeia operatória como localização da matéria prima e o estado de maturação das fibras. A matéria prima utilizada para a confecção dos trançados é o cipó. Do cipó titica produz vassoura e balaio. Do timbó produz vassoura. O ambé faz o paneiro, do arumã confecciona-se a peneira.

“Eu sei que não compro vassoura...faço as minhas com cipó-titica”. (Ivania Souza da Cunha, Comunidade de Balsa)

“Aprendi a fazer as cestarias com o pai do Piti. Ele fazia de tudo. Peneira de tarumã e jacitara, balaio, esteira de palha, vassoura, canoa, remos. Só não aprendi a fazer o paneiro nem peneira... Para fazer o balaio desfio cipó, que dá de fazer uma rodinha. Vai fazendo e vai tecendo. Ai forma o balaio.” (Maria das Graças Pereira Neves, 51 anos, moradora da Vila Tabajara)



Foto 11. Cesto cargueiro feito a partir do cipó ambé (*Philodendron sp.*).

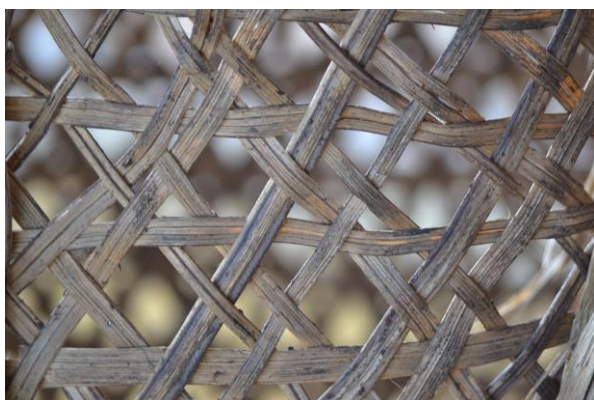


Foto 12. Detalhe do trançado do cesto.



Foto 13. Detalhe do trançado e amarração.

“Sei fazer a vassoura tecida de cipó, que tece a cabeça dela. Ela é toda trançada. O cabo pode ser de qualquer madeira. Algumas pessoas fazer a vassoura tecendo com o cabo junto. Desta forma, ela solta. Não gosto de fazer deste jeito.” (Avelino

Ramos Nogueira Filho, 54 anos, conhecido como Pit, morador da Vila Tabajara).

Verifica-se que os produtos feitos das fibras vegetais são destinados prioritariamente para consumo próprio. Quando existem encomendas, são vendidos como artefatos decorativos.



Foto 14. Vassoura feita a partir do cipó titica.



Foto 15. Detalhe dos trançados da vassoura.



Foto 16. Trançados usados para cobertura das casas feito a partir da folha de palmeiras.

Entende-se, então, que as atividades artesanais desenvolvidas na população estudada está diretamente relacionada às necessidades vitais, mas refletem também os modos de vida e a cultura desta população ribeirinha.

7.3 Benzedores e o uso das ervas medicinais

O ato de benzer, de curar é a concretização da fé, no qual muitas vezes o profano e o sagrado se misturam. Espólio dos portugueses que ao chegarem no Brasil sofreram influência dos índios e depois, dos africanos (NERY, s/d).

O conhecimento das ervas medicinais foi sendo repassado de geração em geração, corroborando para o surgimento do costume de curar doenças através do uso de remédios fitoterápicos.

Assim, nasce a busca pelas rezadeiras e curadores para fazer chás, unguentos, banho, rezas e benzeções com intuito de solucionar os problemas de saúde dos menos favorecidos economicamente.

Diz a tradição que as rezas, orações e preces realizadas pelos benzedores, curadores e rezadores devem ser ensinadas preferencialmente por mulheres. Homens também podem ensinar, mas acredita-se que seja mais difícil passar os ensinamentos e que as rezas não tem tanto poder.

“Pode prestar, depende do homem que passa. Eu já passei para minha filha diversas coisas: reza pra ganhar neném, reza para desmentidura, reza para rasgadura” (Raimundo Pinheiro da Mota, 73 anos, Comunidade Sarafinha).

O benzedor, curador, rezador é uma pessoa escolhida por Deus. O dom divino de curar é trabalhado através da oralidade em casa com os mais velhos. Mas o

reconhecimento destes conhecimentos pela comunidade só ocorre na fase adulta. Todas as comunidades visitadas tinham ou ainda tem benzedores/curadores.

“Deus me deu o dom. Mas aprendi umas rezas com o Sr. Raimundo Pinheiro da Mota. Benzo todos os dias somente crianças. Quando elas estão muito doentes, sinto dores de cabeça” (Joao Gomes Bezerra, 73 anos, Vila Tabajara).



Foto 17. Avelino Nogueira (o Seu Piti), conhecedor de ervas, e João Bezerra, conhecedor de ervas e benzedor.

“Aprendi com minha mãe, meu pai e meu avô cearense que rezava demais. Eles me ensinaram rezas contra todos os males... só não aprendi a reza de ofendido de cobra... ensinei as rezas que aprendi para minha filha. Rezas para ganhar criança, rasgadura, desmentidura” (Raimundo Pinheiro da Mota, 73 anos, Comunidade Sarafinha).

O benzimento funciona como medida profilática para males que possam afligir pessoas, animais, plantas e variados objetos. Tais como mau-olhado, espinhela caída, vento virado, dor de cabeça, dor de dente, cobreiro, dentre outras.

O benzedeiro ou rezador, bem como o curandeiro, desempenham papel importante na cura dos males [...]. A utilização dos meios de cura varia de acordo com a natureza da doença, ou seu grau de intensidade, além de outras circunstâncias que podem aparecer durante o tratamento e determinar as decisões que podem aparecer durante o tratamento e determinar as decisões que devem tomar. (FONTENELLE, 1959, p. 38).

O ato de benzer acontece através da comunicação que o benzedor, curador, rezador estabelece com Deus. A cura é uma obra divina. A pessoa precisa ter fé na cura. Consiste em gestos e palavras amparadas pela prece e oração com o objetivo de curar e proteger de doenças de menor gravidade. *Pois “a oração é o alimento da alma. Através dela, a alma se fortalece e fica mais próxima de Deus”* (NERY, s/d).



Foto 18. Armando Nogueira (à esquerda), conhecedor de ervas, e Raimundo Pinheiro (à direita), conhecedores de ervas e benzedor.



Foto 19. Sr. Raimundo Pinheiro e as ervas medicinais plantadas em seu jardim, utilizadas para benzimentos e chás.

Foto 20. Sr. Raimundo Pinheiro e as ervas medicinais plantadas em seu jardim, utilizadas para benzimentos e chás.

João Gomes Bezerra, 73 anos, morador da Vila Tabajara e o Sr Raimundo afirmam que quem cura é Deus. *“Antes de benzer, peço proteção a Jesus. Rezo um pai nosso e em nome de dele ocorre a cura”* ressalta Sr. João. Já Raimundo informa que antes do benzimento, ele se benze, pois é a obrigação do benzedor.

O benzedor, rezador, curador reza fazendo o sinal da cruz com um ramo que vem da horta que há no quintal. Recita, durante o benzimento, orações livres, pouco formais em baixo tom e de forma incompreensível. Observa-se que algumas destas preces estão vinculadas a Igreja Católica.

“Utilizo três ramos de mato. Prefiro a vassourinha. Para cada ramo, uma reza. Quando acaba o benzimento, os ramos são jogados no lado que o sol senta” (João Gomes Bezerra, 73 anos, morador da Vila Tabajara).

“Outro dia, eu me aperriei lá em casa. Estava engasgado com a espinha. Eu mesmo rezei pedindo a Deus e resolveu. A “desacreditação” não traz a cura “ (Raimundo Pinheiro Mota, 73 anos, Comunidade Sarafinha).

Os benzedores atendem as pessoas necessitadas, não cobram pelo ato de benzer. Dão conselhos e fazem algumas prescrições para atingir a cura. Segundo alguns estudiosos, a cura é um processo que envolve vários critérios: crença, religiosidade e o manejo das ervas.

Os benzedores, assim como as parteiras, desempenham funções de curadores, médicos, conselheiros. São os braços da medicina oficial que por diversos motivos, se faz ausente nas comunidades ribeirinhas.

O ato de benzer, mais do que um dom divino, simboliza o processo sócio-histórico-cultural de um povo. Representa valores, tradições, crenças, religiosidade e costumes de um povo. A transmissão deste ofício se faz necessária para manutenção da cultura e também para a sobrevivência das novas gerações.

7.4 Mandioca: cultura material e modos de fazer

A mandioca é base alimentar das comunidades ribeirinhas estudadas sendo utilizada para diversos fins alimentícios como farinha, tapioca, biscoito, beiju, bolo, mingau. De acordo com MARTINS (2005), o consumo deste tubérculo pode ser explicado como *“uma adaptação cultural em resposta aos problemas de armazenamento inerentes a climas quentes e úmidos”*.

O cultivo deste tubérculo acontece, nas comunidades pesquisadas da ADA e AID, em propriedade privada familiar, durante o mês de setembro.

“plantamos em setembro, pois em outubro as chuvas molham. As roças são preparadas por todos da família...criança, mulher, homem” (Maria das Graças Pereira Neves, moradora da Vila Tabajara).

As roças, situadas nos quintais demarcados por cercas, são preparadas pela família para receber uma variedade de mandioca mansa e brava. Esta variedade pode ser explicada pelo intercâmbio entre os ribeirinhos das variedades cultivadas. No plantio, as mandiocas bravas e mansas devem ser plantadas separadas.

“quando os vizinhos arrumam qualidades diferentes de mandioca, eles doam pra gente” (Maria das Graças Pereira Neves, moradora da Vila Tabajara).

A distinção entre elas consiste no sabor, uso e folhagem. As mandiocas mansas (macaxeiras) são geralmente consumidas cozidas. Enquanto as bravas são venenosas e muito utilizadas para produção de farinha. Nas comunidades estudadas verificam-se as variedades de cultivo: orana, amarelinha, pirarucu, macaxeira branca, macaxeira roxa, macaxeira amarela, macaxeira quebradinha, macaxeira manteiga.

“a orana tem talos roxos e parece com a macaxeira branca, a quebradinha é toda quebradinha, a amarelinha tem a folha redonda e batata bem amarelinha, a pirarucu é grande com folhas triangulares e batata branca” (Maria das Graças Pereira Neves, moradora da Vila Tabajara).

O processamento da mandioca em farinha ocorre nas casas de farinha ou farinheiras. Estas são construções de madeira, chão de barro, cobertura de palha, situadas no quintal às margens do rio. A produção da farinha nestas comunidades destina-se a consumo próprio e a uma acanhada venda no mercado local.

“não fazemos tucupi nem tiramos a goma. A coragem não dá. O motor quebrou, tem que tirar água no manual. O pé de moleque nós fazemos sempre... gostamos” (Raimundo Pinheiro da Mota, Comunidade Sarafinha).



Foto 21. Sr. Raimundo Pinheiro, produtor de farinha de maneira tradicional.

As farinheiras estudadas encontram-se nas comunidades de Monte Sinai, Vila Tabajara e Sarafinha. A casa de farinha de Sarafinha apresenta estruturas ligadas à produção manual, mas com algumas melhorias. A prensagem é realizada através de um eixo de fuso, a torração é feita em fornos de barro a lenha com chapa de ferro e auxílio do rodo, o ralador movido por motores alimentados por combustível ou eletricidade e cobertura palha.

“Esta cobertura foi eu quem fiz, há cinco anos com folhas de babaçu, mas foi mal coberto” (Raimundo Pinheiro da Mota, Comunidade Sarafinha).

A comunidade de Monte Sinai e Vila Tabajara receberam uma casa de farinha semi-mecanizada adquirida através do Projeto Resgate e inserção da história apoiado e financiando pelo Pontão de Cultura do Governo Federal. Estas farinheiras que apresenta estrutura de alvenaria e torradeiras elétricas são utilizadas por vários pequenos produtores no entorno das comunidades que receberam as casas de farinha.



Foto 22. Casa de farinha da comunidade de Sarafinha.



Foto 23. Detalhe de ralador à motor conhecido como “caititu”.



Foto 24. Armação de madeira utilizada como prensa na retira do sumo venenoso (ácido hidrocianico) da massa da mandioca.



Foto 25. Armação feito de argila que serve de forno para o tacho onde se torra a massa de mandioca para produção de farinha.



Foto 26. Ralador feito de chapa de metal e madeira que era utilizado antes da obtenção do ralador a motor.



Foto 27. Casa de farinha e tacho ao fundo.



Foto 28. Detalhes de outro tipo de prensa.



Foto 29. "Caititu" e motor à gasolina utilizada para ralar a mandioca.



Foto 30. Farinha d'água ou puba.

A farinha é o resultado obtido da maceração, trituração, prensa, peneiramento da mandioca. Este produto é granuloso com coloração variando de branco a amarelo. A textura da farinha está condicionada ao processo de torragem e a qualidade da mandioca escolhida. Na Vila de Tabajara, também, se faz a farinha de coco. De acordo com Maria das Graças Pereira Neves, houve oficinas ministradas pelo SENAI para ensinar o feitiço da farinha de coco. O processo é o mesmo da farinha de mandioca, mas acrescenta-se açafrão e coco junto à mandioca.

A transmissão do manejo e beneficiamento de uma diversidade de mandioca acontece no dia-a-dia. As crianças ajudam seus pais no manejo das roças e nas casas de farinha.

“eu aprendi a fazer farinha com minha mãe lidando na roça e nas casas de farinha” (Maria das Graças Pereira Neves, moradora da Vila Tabajara).

“eu aprendi a fazer farinha com meus pais no Amazonas” (Raimundo Pinheiro da Mota, Comunidade Sarafinha).

As farinheiras ou casas de farinha constituem-se no espaço do saber, da transmissão de valores e formação das identidades. De forma cotidiana, em um processo lento e silencioso – homens, mulheres e crianças constroem o saber sobre as variedades e características do tubérculo e o feitiço da farinha. Percebe-se, assim, que o manejo e beneficiamento da mandioca refletem a vida social de uma comunidade.

7.5 Modos de caçar e pescar

A população ribeirinha da Amazônia ou cabocla (RIBEIRO,1995) é o produto da miscigenação, constituída por várias gerações, iniciado no período da colonização,

intensificado durante o período pombalino e consolidado no ciclo da borracha, no qual ocorreu intenso fluxo migratório principalmente dos retirantes nordestinos.

Composta por trabalhadores que se ocupam do extrativismo do açaí, buriti, castanha, produção agrícola para subsistência, mas também da pesca, caça e confecções de produtos artesanais. Habitam as terras firmes ou várzeas, as margens de igarapés, igapós, lagos e rios, onde constituem comunidades compostas por diversos agrupamentos familiares.

As habitações são simples compostas por madeira, palha, alvenaria, barro. Apresentam, geralmente, poucos cômodos, casa de farinha, estaleiros simples para produção de canoas e um porto improvisado. Observa-se que alguns aspectos da vida urbana já marcam presença de forma tímida nestas comunidades através da geladeira, fogão, luz, celular, televisão. No entanto, nenhuma das comunidades visitadas possui posto de saúde, saneamento, abastecimento de água, ou seja, não possuem acesso à infraestrutura básica.

A dieta alimentar desta população ribeirinha consiste basicamente nos derivados da mandioca, caça, pesca, açaí, castanha, dentre outros alimentos oferecidos pela floresta.



Foto 31. Espinhel amarrado em garrafa pet.



Foto 32. Detalhe dos anzóis no espinhel.



Foto 33. Tipo de zagaia utilizada na pesca.



Foto 34. Zagaia em forma de tridente.



Foto 35. Tipo de arpão utilizado na pesca.



Foto 36. Sr. Raimundo Ferreira e seu arco utilizado tanto na pesca como na caça.



Foto 37. Peixes (matrinã) recém pescados no espinhel.



Foto 38. Queixada (*Tayassu pecari*) uma das espécies ainda caçadas na região.



Foto 39. Mutum-cavalo (*Pauxi tuberosa*), muito apreciado como caça e as vezes criado como animal doméstico como o presente em Sarafinha.

O peixe é a principal fonte de proteína das populações ribeirinhas. A atividade pesqueira é praticada por todas as comunidades visitadas e é executada, geralmente, nas proximidades das moradias com auxílio de uma canoa a remo. Utiliza-se anzol, arpão, arco e flecha, espinhel, grozera, zagaia e malhadeira.

“Os bicos são feitos de fergalhão, pregão para pegar peixe grande. São amarrados na haste. Ao flechar o peixe, perdemos o bico”. (Armando Ramos Nogueira, 57 anos, Vila Tabajara).

“A grozera amarra uma ponta na árvore, na outra ponta no fundo coloca uma poita”. (Francisco Evilagio Fernandes Picanço, 57 anos, Comunidade Monte Sinai)

“O espinhel a gente amarra uma corda de um galho pro outro. Ai, enche de anzol. Se quiser botar peso no meio, bota. Se quiser botar pra fora, amarra uma corda pra fora. Bota uma pedra na ponta e anzol. Ai, põe um boia na ponta, pois se a piã cortar a

gente colhe o resto.” (Raimundo Pinheiro da Mota, 73 anos, Comunidade de Sarafinha)

“Eu sei flechar. Eu fiz meu arco... retira o pau d’arco, lava ele, vai com ele na plaina e vai armando e colocando no sol. Depois de dois dias no sol pode usar. A corda é a mesma da linha do espinhel. A flecha é feita de taboca de flecha... Indireita ela no fogo, ai faz o gomo, põe o bico, põe a corda, flecha o peixe, só fica o bico agarrado no bicho”.(Raimundo Pinheiro da Mota, 73 anos, Comunidade de Sarafinha).

A pesca ocorre durante todo o ano tanto por homens quanto por mulheres. A atividade pesqueira dedica-se exclusivamente ao consumo próprio, de parentes e amigos. Esta é determinada pelas variações sazonais do rio, habilidade e sorte do pescador.

“Há o tempo de pescar de vara e o tempo de pescar de linha. Usamos o caniço para pescar... Para pescar de arco e flecha tem que ter habilidade, meu marido é um bom pescador”. (Ivania Souza da Cunha, Comunidade de Balsa).

A região apresenta variedade de espécies consumidas. Os pescadores locais classificam os peixes em duas categorias: os peixes lisos e os peixes de escama. Os lisos (ou peixe de pele) possuem sabor forte, são mais difíceis de digerir. Enquanto os peixes de escama apresentam sabor mais suave, são mais leves, mas não necessariamente mais saborosos. De acordo com os pescadores locais os peixes mais consumidos e pescados nesta região são pintados, piranha, andia, pirapitinga, pirarucu, tambaqui, jau, filhote, pacu, jatuarana, pirarara, mapará.

“Pacu, pintado, piranha são os peixes que mais tem no rio”.
(Ivania Souza da Cunha, Comunidade da Balsa).

A pescaria de quelônios também é praticada nas comunidades visitadas. Os mais apreciados são o tracajá, lalá e as tartarugas. Os bichos de casco são uma iguaria, mas sua ocorrência é restrita nas comunidades visitadas, como afirma Raimundo Pinheiro da Mota.

“Aqui é difícil bicho de casco, mas abaixo do Dois de Novembro tem muito tartaruga, tracajá, piquiu (iaça), lala. O lala peguei na linhada...ano passado peguei cinco quando pescava”.(Raimundo Pinheiro da Mota, 73 anos, Comunidade Sarafinha)

“Para pegar o tracajá, coloca-se um anzol com abacaxi no lugar que elas estão boiando.” (Ivania Souza da Cunha, Comunidade da Balsa)

“Usa os camurim com dez metros de linha e anzóis pequenos. Coloca abacaxi ou palmito no anzol. Ou pegamos na praia a noite, quando eles vão desovar...todo ribeirão tem o direito de comer, mas ultimamente não comemos mais estes bichos de casco”. (Francisco Evilagio Fernandes Picanço, 57 anos, Comunidade Monte Sinai).

Os caboclos amazônicos apreciam, também, o consumo de carne de caça. Esta alimentação representa uma ruptura no cardápio diário e uma nova fonte de proteína. Uma vez que os peixes, os produtos vegetais extrativistas e a agricultura de subsistência estão condicionados às sazonalidades ecológicas.

A caça é praticada por homens. O produto da caçada é compartilhado com amigos e parentes. A caçada praticada nas comunidades visitadas é a de espera com auxílio da arma de fogo, em geral, a cartucheira. As espécies mais citadas e comuns no consumo são antas, veados, pacas, queixada, capivara, catitu.

A caça de espera é realizada por um caçador ou dois. Monta-se um puleiro de madeira, conhecido como jirau, amarrado ou pregado em árvores frutíferas ou a um saleiro a uma altura variando entre 2 a 5 metros. Os saleiros situam-se em meio a mata, nas imediações de cursos d'água. O pisoteio constante dos animais como porcos proporcionam barreiros. Nestes locais, os caçadores jogam sal com intuito de aumentar a frequência dos animais.

Antes nos matávamos anta, queixada, paca, porção. Tudo era liberado. A carne do mato que é boa. Pois os bichos são alimentados com fruta. Agora não podemos matar, mata escondido (Armando Ramos Nogueira, 57 anos, Vila Tabajara)

7.6 Lendas e Contos

A cultura popular tem como essência o imaginário. Neste campo fértil que a imaginação popular age mostrando sentimentos que culminam em lendas, contos, crendices, supertições, dentre outros.

“As lendas são episódio heróico ou sentimental com elemento maravilhoso ou sobre-humano, transmitido e conservado na tradição oral e popular, localizável no espaço e no tempo. De origem letrada, lenda, legenda. Possui características de fixação geográfica e pequena deformação, e conservam-se as quatro características do conto popular: antigüidade, persistência, anonimato e oralidade. É muito confundida com o mito, mas dele se distancia pela função e confronto. O mito pode ser um sistema de lendas, gravitando ao redor de um tema central com área geográfica mais ampla e sem exigências de fixação no tempo e no espaço.....” (CASCUDO, 1976, p.511).

Compreende-se que as lendas referem-se à realidade: paisagem, sentimento, fato, desejo de explicação, costumes, problemas, fenômeno natural. Elas são narrativas que adornam e diferenciam o lugar, acompanhadas de mistérios, fantasmas e medo.

Três comunidades pesquisadas narraram lendas e mitos que ouviram dos mais antigos sobre encantamento e assombração. Na comunidade de Monte Sinai, Alto do Bode e na Vila Tabajara – os narradores, ainda que não tomem como verdadeiras as histórias, transmitem a literatura oral aos filhos, netos e parentes.

Segundo Maria Diva Santiago, 57 anos, moradora da Comunidade de Monte Sinai – há algum tempo atrás, quando ela saía para pescar no poço com uma vizinha, ela enxergava o boto. Ele era bonito, tinha cabelos lisos e feição humana do tronco pra cima. Na parte de baixo, exibe o rabo de peixe.

”eu nunca falei com ele. Mas só via ele, quando saía com esta vizinha. Então parei de sair com ela, pois acreditei que ele aparecia para ela e não para mim. Mas ela não enxergava.” (Maria Diva Santiago, Comunidade Monte Sinai).

Avelino Ramos Nogueira, conhecido como Piti na Vila Tabajara, afirma que as aparições do boto intensificaram quando muitas crianças começaram a nascer sem pai. Afirma ainda que a lenda precisa dar conta de tantos nascimentos.

Entende-se que as narrativas podem interpretar medos, ansiedades, tabus que a sociedade precisa representar através das lendas. Ou seja, as histórias confirmam ou refutam visões de mundo tidas como válidas dentro das comunidades.

“Dizem que no Alto do Bode tem um bode que bota todo mundo pra correr. Ele fica no alto do morro. É uma assombração, mas eu nunca vi. (Vitor de Miranda Pereira, 46 anos, Comunidade Alto do Bode)



Foto 40. Entrevista com Sr. Vitor Pereira da comunidade Alto do Bode.

Outra característica das narrativas é a consonância entre o mundano (cotidiano) e o extraordinário. A lenda é uma forma figurada de explicar fatos da sobrevivência, valores morais, usos e costumes.

“os caras que cortavam seringas levam pro mato tabaco. Eles deixavam o tabaco para o Negrinho do Tabaco para colherem mais leite. Mas tudo isto é mentira. Eu nunca deixei tabaco (...) tentei caçar uma cutia no mato, mas não consegui. Fui pra casa, comi, peguei um espelho e comecei a palitar os dentes. De repente cai duro no chão. Fiquei desacordado por três dias. Sonhei com uma mulher orelhuda. Todos falavam que era a Mãe do Mato. Mas não parei de caçar.” (Avelino Ramos Nogueira Filho, 54 anos – Vila Tabajara)

A Matinta e Mapinguari são seres estranhos que aparecem na mata para assustar e assombrar as pessoas. De acordo com Maria das Graças Pereira Neves, moradora da Vila Tabajara – estas criaturas protegem a mata. Verifica se que a

literatura oral é uma maneira de compartilhar as concepções de eventos que reconhecem como parte significativa do contexto sociocultural que habitam.

Compreende-se, então, que as lendas são a materialização dos fatos e acontecimentos do cotidiano. Elas simbolizam as transformações, anseios das comunidades. Como construções coletivas e vivas, se adaptam á nova realidade que moldam e mantém a identidade do grupo.

7.7 Reza para Almas

A encomenda das almas é um rito da quaresma e objetiva aliviarem as penas. Acredita-se que as almas alcançarão a luz e o descanso ao se alimentarem das preces e cantos. Segundo Maria das Graças Pereira Neves, moradora da Vila Tabajara – no dia dos finados, às seis horas da tarde, todas as pessoas ascendiam velas e rezavam no cemitério. As rezas eram entoadas por uma moradora, que cantava as ladainhas acompanhadas por um sanfoneiro. Os moradores que não tinham mortos enterrados no cemitério ascendiam velas no cruzeiro em intenção aos mortos.

Na comunidade Monte Sinai, Dona Maria Diva Santiago afirma que nesta data, como não tem cemitério na comunidade, ascendiam velas e rezavam o terço na porta da Igreja Católica, que hoje é uma residência. Atualmente, esta tradição não ocorre mais, pois os moradores da comunidade mudaram de religião.

Vitor de Miranda Pereira, 46 anos, morador da Comunidade Alto do Bode – diz que os mais antigos rezavam e ascendia velas para os mortos no dia dos finados. Algumas pessoas ainda mantém este costume nesta comunidade.

7.8 Festa de São Francisco

Na comunidade de Balsa, acontecia a Festa de São Francisco no mês de outubro (não mais realizada pelo menos a 20 anos). *“Todas as pessoas da beira do rio, de Ji-Paraná, de Tabajara, de Porto Velho vinham para a festa. O festejo era tradicional aqui neste lugar, que um dia foi vila com igreja, escola, cemitério e muitas casas. As pessoas foram abandonando a vila e ela ficou deste jeito”*, afirma Dona Ivânia Souza da Cunha, 44 anos.

Ela afirma que *“a festa tinha pau de sebo enfeitado. Na ponta, eles colocavam dinheiro, banana. Tinha procissão, leilão, brincadeiras. O festejo acabou porque o festeiro, pai do meu marido, ficou doente e mudou daqui. Tem muito tempo que esta festa não acontece.”*

7.9 Festa da padroeira da Vila de Tabajara

A festa religiosa homenageia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da Vila Tabajara, acontecia de 19 a 27 de julho. A celebração era prestigiada pela população local e pelos moradores de Porto Velho e da sede municipal.

O festejo acontecia durante nove dias. Iniciava com a alvorada. *“Tinha o tocador, tinha a Dona Odete que cantava a ladainha, tinha bolo, café... passávamos a madrugada comendo e rezando”*, afirma Dona Graça.

No dia da festa acontecia leilão, boneca viva, pau de sebo, rainha, príncipe, procissão pelas ruas da Vila carregando a santa homenageada em um andor. Muitas atividades tinham finalidade de arrecadar fundos para manutenção da igreja católica na Vila.

“o mastro era enfeitado com banana, bambu, bolachas...do que arrecadavam nas doações. Lavavam o pau com graxa, colocavam uma bandeira no final e um pouco antes, dinheiro. Quem pegasse a bandeira, seria o responsável pelo mastro no próximo ano” (Maria das Graças Pereira Neves, 51 anos).



Foto 41. Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Vila de Tabajara.

Atualmente, o festejo religioso não tem tanto prestígio acontecendo apenas no dia 27 de julho e conta com a participação pouco expressiva da população local. Neste dia acontece apenas uma procissão que finaliza na igreja católica com uma missa. O declínio do festejo religioso, de acordo com os entrevistados, ocorreu com o surgimento das igrejas evangélicas e divergências com o representante da igreja católica.

Dona Maria das Graças Pereira Neves, 51 anos, moradora da Vila – conta que durante esta festa tinha um promesseiro.

“Ele mandou erguer a igreja, e trouxe a santa. Todo ano, ele e a filha, para quem ele fez a promessa – vinha festejar e hastear o mastro. Mas isto acabou. O padre ficou reclamando e as pessoas

que tomavam conta mudaram. A filha dele desgostou e não veio mais...a cada ano a festa enfraquece mais. Tinha muitos devotos aqui. Hoje já não tem. Muitos passaram para evangélicos, como eu.”

8. CONSIDERAÇÕES E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Deve ser enfatizado que as considerações e diretrizes aqui propostas são fruto da realidade sociocultural do município e da conversa informal com os secretários de gabinete e educação de Machadinho D´Oeste.

O Programa de Educação Patrimonial terá como objetivo principal retornar às comunidades envolvidas as informações produzidas através das pesquisas arqueológicas e do levantamento do Patrimônio Cultural, bem como despertar o interesse pela preservação do mesmo por parte das comunidades envolvidas.

A elaboração desse programa deve garantir o estabelecimento de um cronograma compatível com a agenda dos atores municipais envolvidos com finalidade de realizar ações conjuntas e otimizadas para a realidade de Machadinho D´Oeste.

O programa deverá desenvolver atividades que valorizem e apoiem as manifestações culturais locais através de feira, exposição de trabalhos, cinema na praça com intuito de criar um espaço de encontro e de conflito no qual o participante será convidado a ter uma relação dialética com a cultura, memória, patrimônio arqueológico, bens materiais e imateriais da cultura local.

Considerando o despreparo de alguns servidores públicos na captação de recursos públicos e privados que auxiliam na preservação, divulgação e valorização do patrimônio cultural local, Torna-se necessário realizar oficinas de elaboração de projetos para os servidores públicos dos setores da educação e cultura com intuito de buscar mais fomentos para o desenvolvimento sociocultural local.

O programa deverá ser desenvolvido nas fases de planejamento e implantação do empreendimento na sede municipal de Machadinho D´oeste e na Vila Tabajara. Terá como publico alvo os trabalhadores envolvidos diretamente na instalação do AHE Tabajara, os servidores públicos do setor de educação e cultura da sede municipal, professores e alunos da rede pública do município e a comunidade da Vila de Tabajara.

Deverão ser planejadas e criadas ações educativas que zelem pelos conhecimentos e experiências partilhadas em uma interação sociocultural. As ações educativas serão realizadas nas três sedes municipais e abordarão a educação nos diversos contextos da vida dos participantes, respeitando e utilizando a trajetória dos indivíduos para construir o conhecimento, pois, para FREIRE (2005) educar é muito mais que um condicionamento social, é libertar, dar autonomia ao sujeito, sempre respeitando os conhecimentos pretéritos desse.

O programa de educação patrimonial deverá prever a produção de material de apoio como cartilhas, banners que abordem os resultados da pesquisa arqueológica, informações sobre a história e pré-história da região, conceitos de patrimônio cultural e arqueologia.

As atividades educativas de cunho patrimonial devem ser desenvolvidas por profissionais capacitados na área de ensino/aprendizagem que auxiliem os participantes na busca de significados que os integrem a sua história, sua identidade e seu mundo.

Ao final das ações educativas executadas, deverá ser compilado um relatório final que contemplará os dados consolidados. Este servirá, também, como critério de avaliação da metodologia aplicada. Deverá ser disponibilizado para o IPHAN e demais órgãos ambientais.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bens culturais, por sua natureza, apresentam riscos maiores ou menores de modificações profundas e, no caso de mudanças de seus locais atuais de residência e esfacelamento das comunidades, a mudança pode levar ao abandono de algumas práticas. Este risco não pode ser atribuído a um único processo, mas sim a um conjunto de fatores. Dentre eles podemos mencionar o processo de mudanças religiosas e abandono dos modos tradicionais de produção. Por falta de Políticas Públicas relacionadas às culturas populares, sem uma ação política duradoura, bens culturais marcadores de identidade podem passar por processos de abandono, substituídos pela cultura de massa, homogeneizados.

A instalação do AHE Tabajara, além de provocar mudanças ambientais e paisagísticas, corroborará em alterações nos contextos socioculturais existentes das populações residentes na área em estudo. Ainda que a região seja semelhante socioambientalmente, Tabajara e as localidades relacionadas serão atingidas da seguinte forma:

- Alteração dos modos de vida – com a inundação das localidades com a criação do lago, haverá remoção dos moradores para outras localidades (ou os mesmos irão para a cidade de Machadinho D'Oeste), ocasionando em mudanças dos modos tradicionais (canoas, trançados, técnicas agrícolas do complexo da mandioca) desenvolvidos regionalmente e as questões simbólicas inerentes ao território. O abandono das práticas tradicionais levará a perda das relações socioambientais, deixando de lado as formas adaptativas e, no caso da mandioca, dos cultivares e dos modos de relação com a terra.

A irreversibilidade de mudanças, comum em contextos culturais, potencializada pela instalação de um AHE, nos mostram a necessidade da realização, na região, de levantamentos que levem em conta não apenas os ofícios, celebrações e formas de

expressão, mas também o conhecimento a respeito dos saberes relacionados ao modo de vida tradicional dos ribeirinhos amazônicos. Esta diversidade se encontra em rápida desestruturação e apenas levantamentos exaustivos aliados a ações de educação patrimonial para os moradores da ADA e também para gestores e técnicos municipais da secretaria de Educação e Cultura poderão, ao menos, diante das drásticas mudanças socioculturais, registrar e fortalecer, a partir da nova arrumação social, as adaptações do homem e o meio circundante. O Programa de Educação Patrimonial também deve contemplar os servidores municipais de Machadinho D'Oeste, com cursos de capacitação para planejamento e gestão de projetos no âmbito da educação e cultura. Tal necessidade foi apontada nas entrevistas realizadas junto ao poder público local.

Diante ao quadro exposto acima, trazemos as seguintes recomendações:

- Um Programa de Educação Patrimonial baseado nos bens culturais de natureza material e imaterial para os habitantes da ADA e AID da região de Tabajara;
- Oficinas de produção de projetos, auxiliando os grupos locais na busca de parcerias público/privada na promoção e preservação dos bens culturais de natureza imaterial e material.

É importante destacar que a decisão final cabe ao IPHAN que, através deste relatório, avaliará a propositura das medidas mitigatórias necessárias para proteção do patrimônio cultural brasileiro, garantindo a efetiva incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

10. EQUIPE

EQUIPE	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Fábio Origuela de Lira	Antropólogo e Arqueólogo	UERJ
Adriana Meinking Guimarães	Turismóloga e Arqueóloga	UESC / USP
Luana Agda Salciaray Henriques	Geógrafa e Especialista em Patrimônio Cultural	PUC MINAS
Aline Rodrigues Pedro	Pedagoga	UERJ

11. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Fábio Origuela de Lira – Arqueólogo / Antropólogo

CTF – 1929488

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, M. 1992. “Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira”, in: Carneiro da Cunha, M. (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal da Cultura. pp. 297-310

CASTRIOTA, L.B. **Patrimônio Cultural. Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CEDEAM, Universidade do Amazonas. **Autos da devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e nações do Rio Tocantins (1738-39)**. Manaus, FUA, 1986.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. In MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial**. Grupo Gestor (Org.) - Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FONTENELLE, L.F. Raposo. **Aimorés: análise antropológica de um programa de saúde**. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DEGEO/UFF, 1999.

IPHAN/Ministério da Cultura. (org.) Isabelle Cury. **Cartas Patrimoniais**, 3ª ed. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. **Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN – trajetória, avaliação e perspectivas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2010.

Jornal A Capital de 27 de setembro de 1917, Manaus nº 74, pag.1/ Biblioteca Nacional, <http://memoria.bn.br/>;

Jornal A Capital de 3 de setembro de 1917 Manaus nº 50, pag.2/ Biblioteca Nacional, <http://memoria.bn.br/>).

KRACKE, Waud. 2007. “A posição histórica dos Parintintín na evolução das culturas Tupí-Guarani”. In **Línguas e culturas Tupí**, organizado por A. D. Rodrigues & A.S.C.Cabral, 23-35. Brasília: Editora Curt Nimuendaju/ LALI-UnB.

LIBANIO, P. As Selvas pela Imprensa: Mudança de Visão sobre os Índios nos Jornais Brasileiros e Americanos em 1915. IN: II CONINTER – **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, outubro de 2013.

MACIEL, L. A. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998.

MAGALHÃES, A. A. B. (Cap.). **Relatório Apresentado ao Sr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon**. Chefe da Comissão Brasileira. Expedição Científica Roosevelt- Rondon. Anexo nº 5. Rio de Janeiro. 1916.

MARTINS, Paulo Soderó. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 209-220, 2005.

MENÉNDEZ, Miguel. 1981-82. “Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira”. **Revista do Museu Paulista**, N.S. XXVIII: 289-388.

NERY, Vanda Cunha Albieri. **Rezas, crenças, simpatias e benzeções: costumes e tradições do ritual de cura pela fé**. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/19573590/Tradicoes-dos-Rituais-de-Cura-pela-Fe>. Acesso em junho de 2014.

NIMUENDAJU, Curt. 1948. “The Cawahib, Parintintin and their neighbors.” In **Handbook of South American Indians**, volume III, edited by Julian Steward, 387-397. Washington: Smithsonian Institution.

RODRIGUES, A.D. **As Línguas Brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWEICKARDT, K. Reforma Agrária e política ambiental na Amazônia: encontros e desencontros. In: ESTERCI, N.; VALLE, R.S.T. (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. p. 81-87.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. 2002. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify

ENTREVISTAS

Avelino Ramos Nogueira Filho

Armando Ramos Nogueira

Francisco Evilágio Fernandes Picanço

Ivania Souza da Cunha

João Gomes Bezerra

Katchuska Samaroni Camargo – Secretária de Gabinete

Maria Diva Santiago

Maria das Graças Pereira Neves

Raimundo Pinheiro da Mota

Sergio Carlos Viana Coelho – Secretário de Cultura

Terry Siconi – Presidente da Radio Alternativa e funcionária municipal

Vitor de Miranda Pereira